



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
192º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

001. PROVA OBJETIVA SELETIVA



JUIZ/JUÍZA SUBSTITUTO(A)

- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, que possui 100 questões objetivas, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolher.
- Durante a realização da prova não são permitidos a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e comentários de qualquer natureza, o porte de arma e utilizar-se, para qualquer fim, de telefone celular ou outro meio eletrônico de comunicação.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 2 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

— Nome do candidato —

RG — Inscrição — Prédio — Sala — Carteira —

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

01. Em relação às cláusulas especiais do contrato de compra e venda, é acertado considerar que

- (A) na compra e venda com reserva do domínio, a propriedade se transfere mediante a entrega efetiva da coisa.
- (B) a venda a contento e a venda sujeita a prova se entendem realizadas sob condição suspensiva.
- (C) na venda sobre documentos, se forem estes achados em ordem, admite-se a recusa ao pagamento do preço em virtude do recebimento da coisa com defeito.
- (D) o direito de retrato, na compra e venda com cláusula de retrovenda, é personalíssimo, não cessível ou transmissível por herança, podendo ser exercido contra terceiro adquirente.

02. É correto afirmar que o loteamento

- (A) aproveita-se de sistema viário existente, tanto quanto o desmembramento, independentemente da possibilidade de ampliação dessas vias existentes.
- (B) diferencia-se do condomínio de casas também pela integração de suas vias de circulação ao domínio público, a partir do registro.
- (C) não pode envolver lote constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade integrante de condomínio de lotes.
- (D) de acesso controlado se implanta sobre um terreno no qual há partes designadas de lotes que são de titularidade exclusiva e partes que são de propriedade comum dos adquirentes.

03. Sobre a condição, é correto afirmar que ela invalida o negócio jurídico quando

- (A) for puramente ou meramente potestativa.
- (B) for de não fazer coisa impossível.
- (C) juridicamente impossível, se suspensiva.
- (D) fisicamente impossível, se resolutiva.

04. O coerdeiro pode ceder seus direitos sucessórios

- (A) sobre bem individualizado da massa, desde que a título gratuito e necessariamente a outro herdeiro, por termo nos autos.
- (B) a terceiro ou a outro herdeiro, no primeiro caso, assumindo o cessionário a qualidade de coerdeiro e, no segundo caso, por documento público ou particular.
- (C) a qualquer tempo, desde que com autorização do juiz e observada a forma pública.
- (D) a terceiro, a partir da abertura da sucessão e até a partilha, por forma pública, observado o direito de preferência dos demais herdeiros.

05. O compartilhamento da guarda dos filhos

- (A) envolve a responsabilização individual e o pessoal exercício dos direitos e deveres, decorrentes do poder familiar, nos momentos de alternância da residência dos menores com cada qual dos genitores.
- (B) é privativo dos genitores, assim, não se podendo estabelecer entre qualquer um deles e terceiro, salvo com a concordância expressa do primeiro.
- (C) pode ser afastado, embora seja o regime legal preferencial, se houver risco de violência doméstica ou familiar.
- (D) pressupõe que os genitores mantenham entre si relação harmoniosa e que residam na mesma cidade.

06. Em matéria de responsabilidade civil,

- (A) aquele que resarcir o dano causado por outrem pode exercitar contra ele direito de regresso, salvo se o causador for descendente seu, absolutamente incapaz.
- (B) o dono do animal responde pelos danos por este causados à vítima, ainda que demonstre que o guardava e vigiava com cuidado preciso.
- (C) quem age em legítima defesa ou estado de necessidade pratica ato ilícito e, por isso, não está obrigado a indenizar qualquer prejuízo causado.
- (D) aquele que participou gratuitamente no produto de crime deverá indenizar o prejuízo havido pela vítima com a prática delituosa.

07. Na solidariedade passiva, todos os devedores solidários

- (A) respondem pelo equivalente da prestação impossibilitada por culpa de um deles, bem como pela indenização dos prejuízos causados ao credor, com direito de regresso em face do culpado.
- (B) respondem pelos juros de mora, ainda que a ação do credor tenha sido proposta apenas contra um deles.
- (C) remanescentes respondem pela totalidade da dívida, ainda que a um deles o credor tenha concedido remissão.
- (D) sujeitam-se aos efeitos de condição estipulada entre um devedor solidário e o credor.

08. Sobre os sonegados, assinale a alternativa correta.

- (A) Falecido o sonegador no curso da ação de sonegados, seus herdeiros recebem o que a ele caberia nos bens sonegados.
- (B) A sonegação pode ser arguida a qualquer tempo, enquanto não encerrada a sucessão, mas a sua configuração se dá até o momento das primeiras declarações.
- (C) A pena de sonegados envolve uma responsabilidade necessariamente subjetiva, por culpa ou dolo.
- (D) O sonegador deve ser interpelado, para se configurar a sonegação, desde que ele seja inventariante.

09. Em matéria de evicção, é correto afirmar que

- (A) as partes, tratando-se de contratos paritários, podem reforçar ou limitar a responsabilidade pela evicção, mas não excluí-la.
- (B) o evicto, na evicção parcial, pode optar, no lugar da indenização, pela resolução do negócio, com restituição da parte do preço correspondente ao desfalque, se o alienante houver agido com dolo.
- (C) o preço pago pela coisa será restituído ao adquirente, pelo valor da época em que o terceiro reivindicante tomar ciência da alienação contra a qual se volta.
- (D) o regime incide se a aquisição do bem que se evenceu se tiver dado em hasta pública ou por força de doação com encargo.

10. Sobre o contrato de transporte, é correto afirmar que

- (A) o passageiro não tem direito de resílir, salvo provando que outra pessoa viajou em seu lugar, então fazendo jus à restituição integral do valor da passagem.
- (B) o passageiro não tem direito de resílir depois de iniciada a viagem, sujeitando-se a perdas e danos se o fizer.
- (C) o passageiro tem direito de resílir a qualquer tempo antes de iniciada a viagem, com restituição do valor da passagem e perda de 10% a título de multa.
- (D) o passageiro tem direito de resílir antes de iniciada a viagem, com restituição do valor da passagem, abatidos até 5% a título de multa, desde que houver comunicação ao transportador, a tempo de o bilhete ser renegociado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Assinale a alternativa correta sobre prova pericial.

- (A) O juiz indeferirá a perícia quando o seu custo for irrazoável.
- (B) A segunda perícia substitui a primeira, sendo vedado ao juiz valorar o primeiro laudo para embasar o julgamento do mérito.
- (C) Comparecendo até o julgamento conforme o estado do processo, o réu revel poderá requerer a produção de prova pericial para demonstrar que os prejuízos alegados pelo autor não ocorreram.
- (D) Os assistentes técnicos, como auxiliares da justiça, estão sujeitos a impedimento e suspeição.

12. Sobre inventário e partilha, é correto afirmar:

- (A) as questões de alta complexidade relacionadas a fatos documentalmente provados serão decididas pelo juiz do inventário, sem remessa às vias ordinárias.
- (B) ocupa o primeiro lugar na ordem de nomeação de inventariante o herdeiro que se encontre na posse de bens do espólio.
- (C) é incompetente a autoridade judiciária brasileira para o processamento do inventário, caso o autor da herança seja estrangeiro com último domicílio fora do território nacional.
- (D) é necessária autorização judicial para que o inventariante represente o espólio no polo ativo de ações judiciais.

13. No que se refere à expropriação executiva, assinale a alternativa correta.

- (A) Frustradas as tentativas de alienação do bem, será reaberta a oportunidade de adjudicação, por valor não inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação.
- (B) Os credores concorrentes que tenham penhorado o mesmo bem têm direito a requerer a sua adjudicação.
- (C) A forma prioritária de alienação é o leilão.
- (D) Em caso de alienação por iniciativa particular, compete ao corretor público credenciado perante o órgão judiciário a fixação de preço mínimo.

14. Quanto ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é cabível o protesto da sentença condenatória ao pagamento de verba alimentar.
- (B) Não é possível decretar a prisão de advogado devedor de obrigação de prestar alimentos.
- (C) O cumprimento da pena de prisão em regime fechado exime o executado do pagamento das prestações vencidas.
- (D) Paga a prestação alimentícia, o juiz deverá suspender o cumprimento da ordem de prisão.

15. Após retirar-se da sociedade Y, a ex-sócia X não conseguiu entrar em acordo com a empresa quanto ao pagamento de haveres. Para conhecer melhor os fatos que embasam seu direito e buscar a autocomposição, X propõe produção antecipada de provas, sem o requisito da urgência, postulando a exibição de documentos da sociedade Y. Ao receber a distribuição do processo, o magistrado constata a existência de cláusula arbitral no contrato social, abarcando inclusive eventuais conflitos decorrentes da retirada de sócios e da apuração de haveres.

Diante disso, deve o magistrado, com base na lei processual e na jurisprudência do STJ:

- (A) determinar a conversão do rito para procedimento comum.
- (B) determinar a citação do réu.
- (C) remeter os autos para a Câmara de Arbitragem eleita na convenção.
- (D) extinguir a produção antecipada de provas por força da convenção de arbitragem.

16. Diante de sentença de improcedência de demanda condenatória ao pagamento de indenização por danos materiais, o autor interpõe apelação, pedindo a anulação da sentença, porque, de acordo com informação trazida aos autos após a sentença, o réu havia falecido um ano antes de sua prolação.

Ao examinar o recurso, o tribunal deverá:

- (A) negar provimento à apelação, porque, como a decisão de suspensão do processo tem eficácia *ex nunc*, é válida a sentença proferida antes da determinação da suspensão.
- (B) não conhecer da apelação, por ausência de interesse recursal.
- (C) negar provimento à apelação, porque a sentença foi favorável ao réu.
- (D) dar provimento à apelação, porque a suspensão do processo por morte da parte opera automaticamente, sendo absolutamente nulos os atos processuais praticados durante o período de suspensão.

17. A empresa de produção de eventos X, com filial em Recife, PE, celebrou com a empresa de equipamentos Y, sediada em São Paulo, SP, em janeiro de 2024, contrato de fornecimento de equipamentos para a realização de *show* musical em Jaguariúna, SP, em dezembro de 2024. No contrato, constou cláusula de eleição do Foro em Recife, PE. Uma semana antes do *show*, a empresa Y informou que não teria condições de entregar os equipamentos. Assim, a produtora X enviou notificação para a empresa Y, resolvendo o contrato e cobrando o pagamento da multa contratual, no valor de R\$ 2 milhões. Diante do não pagamento, a produtora X propôs, em fevereiro de 2025, execução de título extrajudicial em face da empresa Y, para cobrar a multa, requerendo a realização de penhora *on-line*. A execução foi proposta perante o Fórum Central da Comarca da Capital de São Paulo.

Ao examinar a petição inicial executiva, devidamente instruída com o título executivo extrajudicial e a documentação de suporte, o juiz deverá

- (A) determinar a citação da executada para pagamento do débito no prazo legal.
- (B) intimar a produtora X para se manifestar sobre eventual incompetência.
- (C) reconhecer a sua incompetência e remeter os autos para o foro de Recife, PE.
- (D) reconhecer a sua incompetência e remeter os autos para o foro de Jaguariúna, SP.

18. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pende de julgamento apelação em que são partes Mafalda Silva (apelante) e Anel Eletricidade S.A. (apelada), cujo objeto é a indenização por dano moral automático (*in re ipsa*) pela falta de energia elétrica. O relator dessa apelação toma conhecimento da existência de outros 482 processos que envolvem a mesma controvérsia de direito (indenização por dano moral automático decorrente da falta de energia). Diante disso, de ofício, resolve instaurar o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). No órgão colegiado competente, o IRDR é admitido com a ordem de determinar o sobrestamento dos processos em curso no Estado de São Paulo. Rubens Torres, parte em processo que discute dano material pela falta de energia, também teve o seu processo sobrestado por decisão do Juízo da 1^a Vara Cível de Campinas, no Estado de São Paulo.

Com base no problema hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso seja indeferido o requerimento de distinção (*distinguishing*) para o prosseguimento de seu processo, Rubens Torres poderá interpor agravo de instrumento.
- (B) Os processos que tramitam perante os Juizados Especiais do Poder Judiciário do Estado de São Paulo não devem ficar sobrestados.
- (C) Caso Mafalda desista de sua apelação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não poderá examinar o mérito do IRDR.
- (D) O Ministério Públíco não deverá intervir no IRDR na condição de fiscal da ordem jurídica, pois a matéria envolve direitos disponíveis.

19. A Associação 123, com sede em Santos, no Estado de São Paulo, regularmente constituída nos termos da lei civil em 20.03.2023, que tem no seu estatuto social a defesa das pessoas portadoras da doença celíaca, promoveu ação civil pública contra a empresa XYZ. Na petição inicial, a Associação 123 afirmou que a empresa XYZ comercializou – em todo o território nacional – produtos que contêm glúten, com a informação falsa de que tais produtos não conteriam glúten. Esse fato acarretou prejuízos para as pessoas portadoras da doença celíaca. Durante o curso da ação civil pública, três indivíduos (A, B e C) se habilitaram no processo como litisconsortes. O Ministério Público não foi intimado para participar do processo. Diante desses fatos, foram formulados os seguintes pedidos: I – obrigar a empresa XYZ a recolher os produtos com a informação falsa de todos os supermercados, armazéns e outros estabelecimentos comerciais; II – obrigar a empresa XYZ a inserir na embalagem dos novos produtos todas as informações corretas a respeito do glúten, e III – indenizar todas as pessoas portadoras da doença celíaca que tiveram prejuízo em razão do consumo do produto comercializado pela empresa XYZ. A sentença julgou procedentes os pedidos I e II e improcedente o pedido III.

Com base nos dados do problema apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não deverá participar da ação civil pública, pois os pedidos formulados referem-se a direitos individuais homogêneos.
- (B) A Comarca de Santos, no Estado de São Paulo, tem competência territorial, absoluta e concorrente para processar e julgar a ação civil pública.
- (C) A sentença que julgou procedentes os pedidos I e II, uma vez transitada em julgado, faz coisa julgada *erga omnes*.
- (D) Os indivíduos A, B e C poderão promover suas respectivas ações individuais para pleitear indenização em face da empresa XYZ.

20. Em 18 de dezembro, uma quinta-feira, foi prolatada sentença de parcial procedência. A autora interpôs apelação em 19 de dezembro, sexta-feira. A disponibilização da sentença no DJEN ocorreu no dia 8 de janeiro do ano seguinte, também quinta-feira. O réu interpôs apelação independente em 11 de fevereiro, quinta-feira.

Com base em tais informações e no calendário fictício do período indicado a seguir, assinale a alternativa correta, sabendo que: (I) ambas as partes dispunham de prazo simples para apelar; (II) houve recesso forense entre 20 de dezembro e 6 de janeiro; (III) entre o dia 8 de janeiro e o dia 11 de fevereiro, houve apenas um feriado, no dia 25 de janeiro.

Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
				18.12	19.12	20.12
21.12	22.12	23.12	24.12	25.12	26.12	27.12
28.12	29.12	30.12	31.12	1º.1	2.1	3.1
4.1	5.1	6.1	7.1	8.1	9.1	10.1
11.1	12.1	13.1	14.1	15.1	16.1	17.1
18.1	19.1	20.1	21.1	22.1	23.1	24.1
25.1	26.1	27.1	28.1	29.1	30.1	31.1
1º.2	2.2	3.2	4.2	5.2	6.2	7.2
8.2	9.2	10.2	11.2	12.2	13.2	14.2

- (A) As duas apelações são intempestivas.
- (B) A apelação da autora é tempestiva, e a do réu é intempestiva.
- (C) As duas apelações são tempestivas.
- (D) A apelação da autora é intempestiva, e a do réu é tempestiva.

DIREITO DO CONSUMIDOR

21. Em matéria de publicidade no regime consumerista, é correto afirmar que

- (A) o *merchandising* constitui abusividade por violação ao dever de veracidade.
- (B) a publicidade comparativa constitui abusividade, por violação ao dever de identificação.
- (C) o *teaser* constitui enganosidade por omissões que traduz hipótese de publicidade-chamariz.
- (D) o *puffing* constitui enganosidade por comissão, conforme o teor da mensagem publicitária.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) A obsolescência programada se admite possa ser simbólica, ou seja, de estilo ou percebida, consistente no novo padrão estético do produto, que torna ultrapassado o anterior.
- (B) Obsolescência planejada difere da programada, e assim porque constitui prática que leva à perda das virtualidades próprias do produto, fazendo-o deixar de funcionar.
- (C) A obsolescência adiada é forma de obsolescência programada que se dá com o aprimoramento ou a introdução de novas técnicas no produto, que torna obsoleto ou disfuncional o anterior.
- (D) A obsolescência funcional é forma de obsolescência programada que ocorre com o lançamento de produtos *premium*, dotados de inovações depois incorporadas aos produtos em geral, vendidos a preço mais barato.

23. O Código de Defesa do Consumidor admite cláusula de

- (A) limitação de responsabilidade civil do fornecedor, desde que exclusivamente atinente aos danos materiais.
- (B) exclusão de responsabilidade civil do fornecedor, desde que exclusivamente atinente aos danos materiais.
- (C) exclusão de responsabilidade civil do fornecedor, desde que o consumidor seja pessoa jurídica e que a previsão seja justificável.
- (D) limitação de responsabilidade civil do fornecedor, desde que o consumidor seja pessoa jurídica e que a situação seja justificável.

24. A garantia convencional, no sistema consumerista, é conforme a doutrina dominante,

- (A) deve ser contratada individualmente pelo consumidor, não admitindo convenção coletiva de consumo.
- (B) convive e complementa a garantia legal, embora possa ser condicionada ou limitada a alguns vícios.
- (C) depende de instrumento escrito quando contratada de maneira onerosa.
- (D) pode substituir a garantia legal quando abrange a ocorrência de vícios posteriores ou mesmo decorrentes do mau uso do produto.

25. O comerciante

- (A) responde objetiva e solidariamente pelo fato do produto perecível.
- (B) responde solidariamente pelo fato do produto, se este for importado.
- (C) responde solidariamente pelo víncio do produto industrializado, uma vez integrado à cadeia de fornecimento.
- (D) responde subsidiariamente pelo víncio do produto *in natura*, identificado ou não o fornecedor real.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

26. Assinale a alternativa correta quanto às entidades governamentais e não governamentais de atendimento que desenvolvem programa de proteção.

- (A) As entidades não governamentais em regime de proteção somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- (B) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental em regime de proteção terá início por portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público, vedada igual iniciativa ao Conselho Tutelar, e a não apresentação de defesa importa presunção de veracidade dos fatos constantes da peça inicial.
- (C) No caso de irregularidades, à entidade governamental em regime de proteção pode ser imposta a medida de afastamento definitivo de seus dirigentes, cabendo ao juiz nomear quem substitua o afastado.
- (D) O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente somente poderá negar o registro de entidade não governamental em regime de proteção se esta tiver em seus quadros pessoas inidôneas.

27. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a existência de cadastro de interessados em adotar, como forma de assegurar os interesses dos adotados e o acesso igualitário dos pretendentes.

Quanto a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessária nova habilitação caso o adotante se candidate a nova adoção.
- (B) Em nenhuma hipótese, será deferida adoção para pessoa ou casal não previamente inscrito no cadastro único.
- (C) A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança e do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na exclusão do cadastro e na proibição de renovação da habilitação, salvo decisão judicial em contrário devidamente fundamentada.
- (D) A inscrição dos interessados em adotar no cadastro será efetuada em ordem cronológica, devendo ser contada a partir da data do protocolo do pedido de habilitação.

28. Assinale a alternativa correta quanto ao Conselho Tutelar.

- (A) O adolescente apreendido em flagrante de ato infraacional deve ser, inicialmente, encaminhado ao Conselho Tutelar.
- (B) É da competência do Conselho Tutelar o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar.
- (C) Para candidatar-se ao Conselho Tutelar, há necessidade de o interessado ter reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e residência no município, além de preencher os requisitos previstos em lei municipal ou distrital.
- (D) O Conselho Tutelar pode requisitar certidão de nascimento de criança e adolescente ou, não havendo o registro, requisitar a lavratura do assento respectivo.

29. É correto afirmar:

- (A) consentindo os pais com a colocação da criança em adoção e extinto por sentença, em decorrência desse consentimento, o poder familiar, não é admissível o arrependimento.
- (B) o consentimento dos pais com a colocação da criança em adoção pode ser dado antes ou depois do nascimento.
- (C) extinto o poder familiar pela morte dos pais e tendo eles nomeado tutor por testamento, não é possível a nomeação de outra pessoa para o encargo.
- (D) a colocação da criança ou do adolescente em família substituta mediante guarda não tem como pressuposto a suspensão ou destituição do poder familiar e obriga à prestação de assistência material, moral e educacional, podendo ser deferido, pelo juiz, o direito de representação para atos determinados.

30. Quanto às infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) A infração administrativa consistente em deixar de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção só pode ser praticada e atribuída a médico.
- (B) Constitui infração administrativa a recusa dos pais em vacinar criança quando a vacina estiver incluída no Programa Nacional de Imunização, quando houver determinação de obrigatoriedade em lei ou determinação estatal fundada em consenso médico-científico, salvo em caso da existência de risco concreto à integridade psicofísica da criança que não recomende o uso do imunizante.
- (C) A participação de criança ou adolescente em espetáculo, sem autorização judicial, não caracteriza infração administrativa se o empresário não agiu com dolo ou culpa.
- (D) A omissão dos pais em matricular a criança e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar constitui infração administrativa caso a conduta seja dolosa, não se admitindo a forma culposa.

DIREITO PENAL

31. Quanto ao crime de roubo, é correto afirmar:

- (A) o roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima é considerado crime hediondo.
- (B) o uso comprovado de simulacro de arma de fogo não afasta a aplicação da majorante.
- (C) o manuseio de arma branca configura causa de aumento da pena do crime de roubo.
- (D) no concurso de duas pessoas, se uma delas for inimputável, não configura a majorante.

32. A extinção da punibilidade é o desaparecimento da pretensão punitiva ou executória do Estado.

Tomando tal conceito por base, é correto afirmar que a extinção da

- (A) punibilidade de um crime não se estende automaticamente a outro crime conexo a ele.
- (B) pena de multa ocorre em 03 (três) anos, quando for a única cominada.
- (C) punibilidade apaga o fato, que deixa de ser considerado um crime.
- (D) punibilidade afasta a obrigação de reparar os danos causados à vítima, conforme previsto no Código Penal.

33. Assinale a alternativa correta sobre o crime de perigo de contágio de moléstia grave, previsto no art. 131 do CP.

- (A) Admite-se a forma culposa.
- (B) Exige dolo genérico e se consuma com a efetiva transmissão da moléstia.
- (C) Admite-se o concurso formal.
- (D) Trata-se de crime material, exigindo a ocorrência do resultado naturalístico.

34. Durante a execução da pena, um apenado comete falta grave consistente na agressão a outro detento no interior da unidade prisional.

Quanto aos efeitos da falta grave, é correto afirmar:

- (A) se o apenado comete falta grave, o início do novo prazo para futura progressão de regime é mantido a partir do último marco anterior à falta.
- (B) a perda de dias remidos independe de decisão judicial, sendo cabível a imposição por ato administrativo do diretor do estabelecimento prisional.
- (C) o juiz pode decretar a perda de até metade dos dias remidos.
- (D) a prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional, por ausência de previsão legal.

35. Assinale a alternativa que apresenta o entendimento sumulado pelo STJ.

- (A) O crime de fraude a licitação é material, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- (B) Não é hediondo o delito de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido com numeração raspada.
- (C) A apropriação indébita tributária é crime de ação pública condicionada.
- (D) É inaplicável a consunção entre o delito de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação.

36. À luz dos dispositivos sobre os Crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de prevaricação admite tentativa na forma plurissubstancial, que só pode ser comissiva.
- (B) Inexiste a possibilidade de se configurar a corrupção passiva sem que haja a corrupção ativa.
- (C) No crime de peculato, como regra, o conceito de posse deve ser entendido em sentido estrito.
- (D) Não pode ser considerado funcionário público, para os efeitos penais, aquele que exerce cargo, emprego ou função pública de forma transitória ou sem remuneração.

37. Hipoteticamente, surpreendido durante prática de um crime, o agente, com 18 anos de idade, é conduzido à presença da autoridade policial, a quem ele apresenta a cédula de identidade de seu irmão de 17 anos, parecido consigo, que já trazia em seu bolso para esse fim, dizendo ser aquela pessoa, com a finalidade exclusiva de eximir-se da responsabilização penal.

De acordo com a orientação prevalente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta do agente é típica, configurando o crime de falsa identidade (art. 307 do Código Penal).
- (B) A conduta do agente é típica, configurando o crime de uso de documento público ideologicamente falso (art. 304 c.c. o art. 299 do Código Penal).
- (C) A conduta do agente é típica, configurando o crime de denúncia caluniosa (art. 339 do Código Penal).
- (D) A conduta do agente é atípica, pois ele se encontrava no exercício do direito à autodefesa, ninguém podendo ser obrigado a fazer prova contra si mesmo.

38. A respeito do crime de extorsão (art. 158 do Código Penal), é correto afirmar:

- (A) se o agente pratica, num mesmo contexto e contra a mesma vítima, roubo e extorsão, haverá continuidade delitiva entre os dois crimes.
- (B) a extorsão é crime formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem pretendida pelo agente.
- (C) a extorsão é crime material, consumando-se quando o agente obtém a vantagem pretendida, ainda que venha a ser dela despojado imediatamente.
- (D) a extorsão se distingue do roubo pelo fato de, na extorsão, o concurso da vítima ser desnecessário para a obtenção, pelo agente, da vantagem pretendida.

39. Com relação à reabilitação penal, é correto afirmar que ela

- (A) pode ser concedida automaticamente após 02 (dois) anos do cumprimento da pena, independentemente de requerimento.
- (B) tem por efeito extinguir os antecedentes criminais, impedindo seu uso para fins de agravamento da pena.
- (C) extingue todos os efeitos penais e civis da condenação.
- (D) pode apagar os efeitos secundários da condenação, exceto aqueles de natureza civil expressamente previstos em lei.

40. Mulher comparece ao Distrito Policial ostentando ferimentos e diz ter sido agredida, na véspera, por seu ex-marido, quando este tomou conhecimento de seu novo relacionamento. Sua filha e uma vizinha, que presenciaram o fato, confirmam a agressão. A vítima manifesta interesse na persecução penal, oferecendo representação. Instaura-se inquérito, instruído com exame de corpo de delito apontando a ocorrência de lesões corporais de natureza leve. Interrogado, o agressor confessa, e o inquérito é concluído, com seu indiciamento. Dias após, sem que tenha sido ainda oferecida denúncia, a vítima retorna à delegacia e afirma não ter mais interesse na persecução penal, já que o ex-marido se arrependeu, e ela o perdoou. O delegado, diante disso, toma por termo a declaração da ofendida e a encaminha ao Ministério Público.

Dada a hipótese, é correto afirmar que o Ministério Público

- (A) deverá requerer ao juiz que designe audiência, a fim de que a vítima, querendo, apresente renúncia à representação perante o juiz.
- (B) poderá oferecer, desde logo, proposta de transação penal.
- (C) poderá promover ação penal em face do indiciado, tendo em vista que esta, no caso, é pública incondicionada.
- (D) deverá requerer a declaração da extinção da punibilidade do indiciado, diante da retratação tempestiva da representação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A intervenção do assistente do Ministério Público em desfavor do paciente é admitida em sede de habeas corpus?

- (A) Sim, o assistente do Ministério Público pode sustentar oralmente contra a concessão da ordem.
- (B) Não, o assistente do Ministério Público tem função específica, delimitada pelo art. 271 do Código de Processo Penal, não podendo figurar como parte legítima nem interveniente no habeas corpus.
- (C) Enquanto no processo penal, o assistente de acusação atua como auxiliar do Ministério Público, no habeas corpus ele pode substituí-lo quando este permanecer inerte.
- (D) Sim, pois o assistente do Ministério Público possui legitimidade concorrente com o Ministério Público, podendo atuar como fiscal da lei.

42. Com base nas regras e princípios que regem a prova no processo penal, e na jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- (A) se for necessária a realização de perícia por carta precatória, quem nomeia o perito é o juiz deprecante.
- (B) se não for possível a realização do exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.
- (C) é admissível a prova emprestada entre processos com partes distintas, desde que garantido o contraditório no processo de destino.
- (D) a comprovação da reincidência independe da existência de certidão de sentença condenatória com trânsito em julgado.

43. Assinale a alternativa correta sobre a ação penal pública condicionada.

- (A) A nomeação de curador especial não cria a obrigação de fazer a representação, e sim a de analisar a conveniência de agir.
- (B) Se o ofendido morrer ou for declarado ausente, o direito de representação se extingue automaticamente.
- (C) Mesmo antes de oferecida a denúncia, a representação será irretratável.
- (D) Feita a representação apenas em relação a um, não poderá ser oferecida denúncia em relação aos demais partícipes do mesmo fato.

44. Acerca do interrogatório, é correto afirmar:

- (A) na confissão simples, o réu reconhece a prática do delito, mas invoca causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade.
- (B) à confissão, deve-se atribuir absoluto valor probatório.
- (C) a confissão ficta ou presumida tem amparo na lei processual penal.
- (D) a confissão será divisível e retratável.

45. À luz do entendimento recente do Supremo Tribunal Federal sobre foro por prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição autoriza o foro por prerrogativa de função também em ações de improbidade administrativa.
- (B) A autoridade perde automaticamente a prerrogativa de foro quando deixa o cargo, não havendo ligação com o momento do crime ou com o momento da investigação.
- (C) Se uma autoridade com prerrogativa de foro cometeu crime funcional no exercício do cargo, mas o inquérito foi instaurado após ele deixar o cargo, não há foro privilegiado.
- (D) A prerrogativa do foro subsiste para crimes cometidos no exercício do cargo e em razão dele, mesmo que o mandato tenha acabado antes do início da investigação ou da ação penal.

46. Segundo as normas que regem o julgamento pelo tribunal do júri, assinale a alternativa correta.

- (A) É válido o julgamento ulterior pelo Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.
- (B) Se os jurados entenderem que o réu praticou fato definido como crime e ocorrer a desclassificação para a competência do juiz singular, este necessariamente proferirá sentença condenatória.
- (C) É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, por falta de quesito obrigatório.
- (D) O desaforamento pode ser determinado durante a fase investigatória.

47. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito. Arrimado nessa premissa, é correto afirmar:

- (A) não é permitido o uso de algemas como medida de proteção da integridade física dos policiais.
- (B) a Súmula nº 11 do STF não estabelece como regra o uso de algemas durante a audiência de custódia, porquanto não presumidos os concretos riscos à segurança do acusado ou das pessoas presentes ao ato.
- (C) o uso de algemas causa nulidade independentemente da comprovação de prejuízo para o réu.
- (D) é permitido o uso de algemas em mulheres durante o período de puerpério imediato.

48. Quanto ao sistema de nulidades na legislação processual penal, é correto afirmar:

- (A) as partes podem dispor das nulidades absolutas.
- (B) as nulidades relativas não são oponíveis em qualquer fase do processo.
- (C) o juiz não pode declarar a nulidade absoluta de ofício, sem que haja provocação das partes.
- (D) as nulidades relativas podem ser opostas por quem lhe deu causa.

49. Segundo a Lei nº 7.960/89, admite-se como hipótese de cabimento da prisão temporária

- (A) quando esta for imprescindível para a instrução processual.
- (B) quando houver fundadas razões de autoria ou participação no crime de homicídio culposo.
- (C) o indiciado não comprovar trabalho lícito.
- (D) a inexistência de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do investigado.

50. Em relação à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não permitirá que a testemunha expresse opiniões pessoais, exceto quando inseparáveis da narrativa do fato.
- (B) Testemunhas referidas são aquelas que obrigatoriamente não prestam compromisso de dizer a verdade.
- (C) Testemunhas informantes são aquelas que necessariamente prestam compromisso de dizer a verdade.
- (D) É inadmissível o depoimento do menor inimputável, comparsa do réu, na condição de testemunha.

51. O mandado de injunção foi inserido em nosso ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de conferir efetividade a direitos, liberdades e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Em face do exposto, é correto afirmar que ele

- (A) pode ser impetrado perante a Justiça Estadual e contra ente estadual, em razão da falta de norma regulamentadora de direito previsto na Constituição Estadual e não previsto na Constituição Federal.
- (B) é cabível a concessão de medida liminar, por aplicação subsidiária das normas da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09).
- (C) pode ser impetrado em face do ente municipal por falta de norma regulamentadora de direito previsto em lei municipal, sem correspondente na Constituição Federal.
- (D) pode ser impetrado pela ausência de norma regulamentadora dos efeitos de medida provisória não convertida em lei pelo Congresso Nacional.

52. A possibilidade de alteração das regras constitucionais está prevista no próprio texto constitucional e submete-se às limitações nele previstas. Considerando a natureza diversa dessas limitações, é correto afirmar, conforme a doutrina majoritária e a posição pacificada dos tribunais superiores, que

- (A) a proposta de emenda à Constituição Federal deve ser discutida e votada em dois turnos em cada casa, com intervalo de 10 dias entre cada um deles.
- (B) o início da tramitação de proposta de emenda deve ser na Câmara dos Deputados, ainda que deva ser votada, também, pelo Senado Federal, com aprovação de, pelo menos, 2/3 dos membros de cada casa.
- (C) é possível a tramitação e promulgação de Emenda Constitucional à Constituição Federal durante a vigência de intervenção decretada por estado-membro em municípios de seu território.
- (D) é possível a apresentação de emenda à Constituição Federal por iniciativa popular, tal como há no processo legislativo para elaboração das leis.

53. A ação direta de inconstitucionalidade tem por finalidade retirar do ordenamento jurídico ato normativo considerado inconstitucional.

Com relação à ADIN, é correto afirmar, considerando a posição majoritária da doutrina e a posição pacificada dos tribunais superiores, que

- (A) na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria simples de seus membros, modular os efeitos da decisão, se presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.
- (B) é permitida a intervenção de terceiros em ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) compete aos Tribunais de Justiça estaduais julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual em face da Constituição Federal.
- (D) o autor da ação não poderá dela desistir, total ou parcialmente.

54. A Emenda Constitucional 45/2004, conhecida com “Reforma do Judiciário”, trouxe inúmeras alterações para o sistema judiciário brasileiro.

Com relação a essas alterações, é correto afirmar:

- (A) concedeu status constitucional (natureza de emenda constitucional) aos tratados de direitos humanos que forem aprovados pelo Senado Federal em dois turnos de votação, por votos de 3/5 de seus membros.
- (B) compete à parte que interpõe o recurso extraordinário indicar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no processo, podendo o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus membros, recusar o exame do recurso.
- (C) a Justiça do Trabalho passou a ter competência para julgar conflitos entre o Poder Público e seus servidores contratados de forma temporária para suprir serviços públicos.
- (D) conferiu competência ao Procurador Geral da República para apresentar incidente de deslocamento de competência perante o STJ, com deslocamento para a Justiça Federal em hipóteses de grave violação de direito humanos.

55. Com relação às normas constitucionais que visam proteger direitos e interesses dos povos indígenas, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade garimpeira organizada em cooperativas terá prioridade na pesquisa e lavra dos recursos das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.
- (B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens da União.
- (C) Ainda que os indígenas tenham direito à posse permanente das terras de ocupação tradicional, é da União o usufruto das riquezas do solo.
- (D) Em nenhuma hipótese será possível a remoção dos indígenas das terras por eles ocupadas.

56. Sobre a soberania popular, assinale a alternativa correta.

- (A) O prefeito pode ser reeleito para um único mandato subsequente no mesmo município, podendo, contudo, candidatar-se a outro mandato, em seguida, em município diverso.
- (B) O analfabeto possui o direito de ser eleitor, de forma facultativa, e sendo eleitor é também elegível.
- (C) A inelegibilidade do cônjuge, quando dissolvida a sociedade ou o vínculo conjugal, não se aplica na hipótese de falecimento.
- (D) O referendo é uma consulta popular que integra o sistema da democracia participativa e tem por finalidade decidir uma questão política ou institucional antes de sua formulação legislativa.

57. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LVI, garante que não serão admitidas provas obtidas por meios ilícitos. Assim, pode-se afirmar, segundo a doutrina majoritária e a posição consolidada dos tribunais superiores, que

- (A) as provas tidas como ilícitas pelo Poder Judiciário não poderão ser utilizadas em juízo, mas poderão ser admitidas nos processos administrativos de qualquer espécie.
- (B) é ilícita a prova obtida por gravação ambiental feita por um dos interlocutores, se o outro disso não tiver conhecimento e mesmo que não haja violação da privacidade de terceiros.
- (C) a presença de prova ilícita nos autos invalida todo o processo, ainda que nele existam provas autônomas, sem relação com as provas tidas como ilícitas.
- (D) em se tratando de processo eleitoral, é ilícita a prova obtida por gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem autorização judicial e sem o conhecimento dos outros interessados, a não ser que o registro tenha se dado em local público e sem controle de acesso.

58. Pode-se afirmar, corretamente, sobre as finanças públicas e leis:

- (A) o processo legislativo das leis orçamentárias (lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual) é diferenciado, apesar de serem leis ordinárias.
- (B) por ser a lei do orçamento anual de iniciativa do Poder Executivo, cabe a este o poder de introduzir modificações e reduções nas propostas encaminhadas pelos órgãos que possuem prerrogativa de formular a sua própria proposta orçamentária e que o fizeram em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias.
- (C) é vedada a vinculação da receita de impostos para recursos para ações e serviços públicos de saúde.
- (D) o banco central receberá as disponibilidades do caixa da União, poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional e a este poderá conceder empréstimo.

59. Com relação ao Congresso Nacional, sua estrutura, organização, atribuições e competências, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, fixar a respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes orçamentárias.
- (B) Compete-lhe, com sanção do Presidente da República, dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (C) Compete-lhe, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a transferência temporária de sua sede.
- (D) Os Deputados Federais e os Senadores que tiverem necessidade de se afastarem por interesse particular não perderão o mandato, mas deixarão de receber remuneração durante o período de afastamento, que não possui limite de duração, sendo o suplente convocado após o decurso do prazo de 120 dias.

60. Como não há juiz sem autor (*nemo index sine actore*), a Constituição Federal dispõe de um capítulo destinado às funções essenciais da Justiça.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado é indispensável à administração da Justiça, o que torna a sua presença imprescindível em todos os processos judiciais e administrativos.
- (B) Compete à Advocacia Geral da União representar judicial e extrajudicialmente a União, bem como prestar consultoria e assessoria jurídica; o Advogado-Geral da União é nomeado pelo Presidente da República dentre os membros integrantes da carreira.
- (C) Nos processos em que a Defensoria Pública assiste à parte vencedora, sendo o vencido o órgão que o defensor público pertence, a verba honorária decorrente da sucumbência é devida e deve ser revertida ao aparelhamento da própria defensoria, e não os integrantes dela.
- (D) O Ministério Público, por ser autônomo e independente, e tendo em vista as competências aos seus membros atribuídas, tem como chefe o Procurador Geral, que goza das prerrogativas inerentes aos Chefes dos Poderes.

DIREITO ELEITORAL

61. Quanto ao cadastro eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer eleitor pode interpor recurso contra deferimento de alistamento ou de transferência de eleitor.
- (B) O eleitor que deixar de votar em três eleições consecutivas, não justificar a ausência e não efetuar o pagamento da multa terá cancelada a sua inscrição, não se entendendo como eleições consecutivas os turnos de uma mesma eleição.
- (C) A transferência de eleitor não depende do transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência e de, no mínimo, três meses de vínculo no último domicílio, no caso de remoção, transferência ou posse de servidor público civil, militar ou de membro de sua família.
- (D) O alistamento de pessoas com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos depende de assistência ou representação de seus pais ou responsáveis.

62. É correto afirmar, com relação ao processo de registro de candidatura:

- (A) o partido político que não impugnou o pedido de registro de candidatura não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.
- (B) a quitação eleitoral, como requisito de registro de candidatura, inclui a apresentação e a aprovação das contas de campanha.
- (C) o prazo para o Ministério Pùblico impugnar registro de candidatura tem início com sua intimação pessoal.
- (D) a prova da filiação partidária daqueles que não constarem da lista de filiados (art. 19 da Lei nº 9.096/95) pode ser feita por qualquer meio, inclusive por documentos produzidos unilateralmente, destituídos de fé pública.

63. Assinale a alternativa correta, quanto à captação ilícita de sufrágio (art. 41-A, Lei nº 9.504/97).

- (A) Para a configuração da captação ilícita do sufrágio, é necessário que o eleitor tenha votado no candidato a quem se imputa o ilícito.
- (B) Para a configuração da captação ilícita do sufrágio, é indispensável o pedido explícito de voto.
- (C) A vantagem prometida ao eleitor pode ser genérica.
- (D) A conduta pode ser praticada diretamente pelo candidato ou por interposta pessoa, com sua anuência ou ciência.

64. Com relação às inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

- (A) É inelegível aquele que teve suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas pelo Tribunal de Contas, independentemente da natureza ou gravidade da irregularidade e da causa da rejeição.
- (B) A demissão do serviço público, preenchidos os requisitos previstos no artigo 1º, I, “o” da Lei Complementar nº 64/90, constitui causa de inelegibilidade, equiparando-se à demissão do serviço público a destituição do mandato do conselheiro tutelar.
- (C) É inelegível o condenado por crime eleitoral, qualquer que seja a pena prevista para o ilícito penal.
- (D) Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou não das decisões de outros órgãos do Poder Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade.

65. É correto afirmar, com relação ao recurso contra a expedição de diploma:

- (A) há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.
- (B) o recurso contra a expedição do diploma deve ser interposto em 3 (três) dias contados da diplomação, não se admitindo qualquer suspensão do prazo recursal.
- (C) a inelegibilidade superveniente que autoriza a interposição de recurso contra a expedição do diploma é apenas a de índole constitucional.
- (D) o partido político é litisconsorte passivo necessário em ações que visem a cassação do diploma.

DIREITO EMPRESARIAL

66. Em caso de resolução da sociedade de prazo indeterminado em relação a sócio que dela se retira, imotivamente, e que comunica a deliberação de retirada, uma vez omissa a respeito o contrato social, o balanço de determinação para apuração de haveres deverá ter, por data-base,

- (A) a data do ajuizamento da ação de dissolução parcial da sociedade, com apuração de haveres, proposta pelo sócio retirante.
- (B) a data do trânsito em julgado da ação, movida pelo sócio retirante, de dissolução parcial da sociedade, com apuração de haveres.
- (C) o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante.
- (D) a data da citação realizada na ação de dissolução parcial de sociedade, com apuração de haveres, proposta pelo sócio retirante.

67. Em relação ao contrato de franquia, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado incluir a sua previsão na Circular de Oferta e cobrar taxa de publicidade do franqueado, que fica sob a responsabilidade exclusiva do franqueador.
- (B) É possível a cláusula arbitral, mas, tratando-se de contrato de adesão, observada a concordância expressa do franqueado, em documento anexo ou de modo destacado, com assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.
- (C) É possível o estabelecimento de cláusula penal única, mas que, conforme o entendimento dominante, não pode ser reduzida pelo juiz nas hipóteses em que a lei civil o admite, tratando-se ademais de contrato que não se considera consumo.
- (D) É possível estabelecer cláusula de não concorrência, entre o franqueador e o franqueado, embora não entre os franqueados, sendo devido assegurar preferência ao franqueado sobre determinado território.

68. Em relação à ineficácia e à revogação dos atos praticados antes da falência, é correto afirmar:

- (A) são ineficazes os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, realizados após a decretação da falência, ainda quando tiver havido prenotação anterior.
- (B) é ineficaz o ato de pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato, uma vez demonstrados o conluio fraudulento entre o devedor e o credor, bem como o prejuízo sofrido pela massa.
- (C) são ineficazes os atos de constituição de garantia real dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente, ainda que ausente má-fé, e o que se pode reconhecer de ofício pelo juiz, independentemente de ação própria.
- (D) é ineficaz o ato de pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título e mesmo que previsto e consumado na forma definida em plano aprovado de recuperação judicial.

69. São marcas evocativas, conforme a posição dominante da doutrina:

- (A) aquelas cujos elementos não têm relação necessária com o ramo de atividade do produtor ou prestador de serviços que dela fazem uso, podendo representar produtos ou serviços de ramos diversos.
- (B) aquelas que identificam todos os produtos de um mesmo fabricante, remetendo à sua procedência e, por isso, ligando-se diretamente ao estabelecimento que produz ou vende o artigo.
- (C) aquelas notórias, que sofreram degeneração ou diluição e perderam a distintividade que possuíam, passando seu elemento constitutivo a ser utilizado, de modo costumeiro, como designativo do gênero de produtos similares.
- (D) aquelas que contêm expressões de uso comum, de pouca originalidade e suficiente forma distintiva, remissivas à própria natureza ou utilidade do produto.

70. Em relação ao endosso de duplicatas por força de contrato de *factoring*, e conforme jurisprudência pacificada no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) tratando-se de duplicatas com aceite ou, ainda que sem aceite, mas acompanhadas de nota-fiscal/fatura, bem como de comprovante de recebimento de mercadorias, e uma vez inadimplidas, a faturizadora tem direito de regresso contra a faturizada em razão do não pagamento do título.
- (B) respondendo a faturizada pela existência do crédito consubstanciado em duplicada endossada à faturizadora, é válida a cláusula de recompra do crédito vencido.
- (C) ocorrida transmissão do título em favor da faturizadora, sem questionamento a respeito da boa-fé da empresa ou quanto ao aceite voluntariamente firmado, aplicam-se as regras do direito cambial, sendo incabível a oposição de exceções pessoais, existentes diante do devedor, à endossatária.
- (D) no contrato de *factoring*, em que há profundo envolvimento entre as partes e amplo conhecimento sobre a situação jurídica dos créditos objeto de negociação, a sua transferência não se dá por endosso, mas por cessão civil, pelo que a faturizadora não se considera terceira de boa-fé, imune às exceções pessoais dos devedores das cártyulas.

71. Acerca da responsabilização dos administradores das sociedades anônimas, por atos danosos, cuja prática lhes seja imputável, é correto afirmar que

- (A) cabe ação a qualquer acionista, mesmo que por danos à companhia, desde que, realizada assembleia que o delibre, a demanda não tenha sido ajuizada pela sociedade em até 3 meses.
- (B) cabe ação, ao legitimado, voltada contra todos os administradores que ostentem essa condição, responsáveis solidários e de modo objetivo pelos atos de violação à lei e ao estatuto, assegurado direito de regresso contra o causador direto dos danos à companhia, aberta ou fechada.
- (C) cabe ação a qualquer acionista, por dano a ele diretamente causado, desde que autorizado por assembleia e desde que não ajuizada ação pela companhia.
- (D) cabe ação a acionistas que representem ao menos 5% do capital social, mesmo que por danos à companhia, desde que autorizados por assembleia especialmente para este fim convocada e desde que o façam em até 3 meses depois.

72. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações do credor fiduciário podem ter seguimento normal mesmo diante do deferimento do processamento de recuperação judicial do devedor fiduciante, ficando vedada a retirada de bens de capital essenciais à atividade empresarial, durante o *stay period*, conforme avaliação do juízo recuperacional.
- (B) O deferimento do processamento da recuperação judicial induz suspensão das execuções fiscais, durante o *stay period*, autorizando-se, porém, a substituição da penhora de bens de capital essenciais à atividade empresarial do devedor, deliberada pelo juízo executório.
- (C) O deferimento do processamento da recuperação judicial autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral tendo por objeto crédito sujeito à recuperação.
- (D) O deferimento do processamento da recuperação judicial induz suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor principal e devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia real, cambial ou fidejussória, até o encerramento do procedimento, e independentemente de previsão a respeito no plano aprovado.

73. Em matéria de contratos de colaboração, e conforme a disciplina que lhes reserva o Código Civil de 2002, é correto afirmar:

- (A) tanto a exclusividade quanto a cláusula *del credere* já são presumidas nos contratos de comissão e de agência.
- (B) tanto a exclusividade quanto a cláusula *del credere* dependem de estipulação das partes nos contratos de comissão e de agência.
- (C) a cláusula *del credere* no contrato de comissão depende de estipulação das partes e a exclusividade já é presumida no contrato de agência.
- (D) a cláusula *del credere* já é presumida no contrato de comissão e a exclusividade depende de estipulação das partes no contrato de agência.

74. A possibilidade de celebração de transação tributária é prevista no artigo 171 do Código Tributário Nacional, sempre com fundamento em lei.

Considerando que a Lei que facultou a celebração de transação tributária exige, para a sua efetivação, a confissão dos débitos contemplados, a aceitação plena e irretratável das condições, bem como a renúncia aos direitos sobre os quais fundamentou eventuais ações judiciais, pode-se afirmar corretamente, consoante a jurisprudência pacificada dos Tribunais Superiores, que

- (A) por ser tratar de relação jurídico-tributária, é possível o controle, pelo Poder Judiciário, dos aspectos jurídicos, como a legalidade da norma tributária, mesmo que o contribuinte tenha confessado a dívida.
- (B) diante da natureza da confissão de dívida, o contribuinte não poderá questionar nenhum aspecto dos valores envolvidos.
- (C) o contribuinte somente poderá pleitear judicialmente a revisão dos valores inseridos na confissão de dívidas por adesão ao parcelamento mediante alegação de nulidade do ato jurídico por erro, dolo, simulação ou fraude.
- (D) o contribuinte poderá questionar os aspectos fáticos da relação jurídica-tributária, ainda que tenha confessado a dívida.

75. A empresa “A” é autuada por ter se creditado indevidamente de ICMS decorrente de notas fiscais de entradas que foram canceladas no período de 02 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2016. O AIIM (auto de infração e imposição de multa) incluiu, também, a diferença do ICMS não recolhido. O auto foi lavrado em 01 de março de 2021, sem alegação de atuação com dolo, fraude ou simulação. O contribuinte ingressou com ação judicial questionando a autuação.

Considerando a jurisprudência pacificada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi reconhecido que o contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto devido, uma vez que o Fisco dispõe de 5 anos para homologar o lançamento e de mais 5 anos para efetuar a cobrança.
- (B) Foi reconhecida a decadência dos débitos no período de 02.01.2015 a 28.02.2016, uma vez que o AIIM foi lavrado após o decurso de 5 anos do creditamento indevido e do recolhimento a menor do imposto devido, conforme o § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional.
- (C) Foi reconhecido que compete ao Fisco exigir o imposto do emitente das notas fiscais canceladas.
- (D) Foi reconhecida a decadência parcial, sendo o contribuinte responsável pelo pagamento da diferença do ICMS devido a partir de janeiro de 2016, pois o direito do Fisco de constituir o crédito tributário extingue-se em 5 anos, contados do dia 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos termos do artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional.

76. O artigo 138 do Código Tributário Nacional prevê a exclusão da penalidade moratória quando o sujeito passivo da obrigação tributária denuncia a infração e efetua o pagamento do valor devido.

Pode-se afirmar, conforme posição pacificada dos Tribunais Superiores, que

- (A) é aplicável o instituto da denúncia espontânea ao des cumprimento de obrigação acessória consistente em prestar informações no prazo assinalado pela norma.
- (B) o valor a ser pago pelo contribuinte deve incluir atualização monetária, a fim de preservar o valor do tributo devido, sem a inclusão de juros.
- (C) é possível ao contribuinte denunciar espontaneamente a infração tributária, ainda que haja procedimento administrativo instaurado, desde que este não esteja concluído.
- (D) a declaração parcial do débito tributário sujeito a lançamento por homologação com quitação tempestiva, que é retificada posteriormente pelo contribuinte, com o pagamento integral da diferença e antes de qualquer procedimento da Administração, exclui o pagamento da multa.

77. O crédito tributário é líquido e certo e por sua natureza exigível, contudo a sua exigibilidade pode ser suspensa.

A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme posição consolidada dos tribunais superiores, pode ocorrer na seguinte hipótese:

- (A) se o credor conceder moratória, a qual será sempre dependente de lei.
- (B) pelo simples ajuizamento de ação consignatória pelo contribuinte, nos moldes do artigo 164 do Código Tributário Nacional.
- (C) com o depósito do valor do crédito tributário, ainda que parcial.
- (D) se o devedor apresentar seguro-garantia ou fiança bancária com acréscimo de 30% sobre o valor do crédito.

78. A legislação pode atribuir a obrigação pelo pagamento do tributo a pessoas diversas do contribuinte natural. No que se refere à responsabilidade de terceiros, é correto afirmar, conforme posição pacificada dos Tribunais Superiores, que

- (A) a falta de pagamento do tributo, por si só, autoriza a responsabilização do sócio.
- (B) na hipótese de haver previsão no edital de leilão, é o arrematante responsável pelos débitos tributários que já incidiam sobre o bem no momento da alienação.
- (C) a responsabilização do diretor, gerente ou representante de pessoas jurídicas pode ocorrer se ele detivesse poder de administração no momento do fato gerador e não tivesse atuado com excesso de poder ou infração à lei, ainda que não o detenha quando do encerramento irregular.
- (D) a responsabilização do diretor, gerente ou representante de pessoas jurídicas de direito privado pode ocorrer se ele tiver poderes de administração na data do encerramento irregular, ainda que não os tivesse no momento do fato gerador do tributo não pago.

79. No que se refere ao fato jurídico-tributário e à hipótese de incidência, é correto afirmar, segundo a posição majoritária da doutrina, que

- (A) assim como a hipótese de incidência de tributo, que somente pode ser definida por lei tributária em sentido estrito, o mesmo se aplica à hipótese de incidência de obrigação acessória.
- (B) hipótese de incidência é a descrição, na lei, de um fato cuja ocorrência no mundo real dá origem ao fato jurídico-tributário.
- (C) as expressões são empregadas como sinônimos de forma adequada, já que ambas se referem a uma situação fática que justifica a cobrança do tributo.
- (D) é admissível hipótese de incidência que abranja uma ilegalidade.

80. Quando se trata de lançamento tributário, é correto afirmar, segundo a posição doutrinária dominante, que

- (A) embora a atividade administrativa de lançamento seja obrigatória, não há previsão de responsabilidade funcional para o agente público que deixar de realizá-la.
- (B) o contribuinte pode realizar o lançamento tributário, denominado “autolançamento”, quando se tratar de lançamento por homologação.
- (C) o lançamento tributário é a atividade do Fisco que formaliza a obrigação e possibilita que a Administração exija o tributo do sujeito passivo.
- (D) a Administração Pública pode rever, de ofício, o lançamento desde que o faça dentro do prazo legal para revisão da pretensão tributária com base em critérios jurídicos.

81. A totalidade de bens, rendas de qualquer origem ou natureza, pertencentes ao sujeito passivo, seu espólio ou à sua massa falida, responde pelo pagamento do crédito tributário.

Em face do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, ainda que constituídos em data anterior à formação do crédito tributário, respondem pelo pagamento deste.
- (B) A totalidade dos bens tidos como impenhoráveis pelo Código de Processo Civil não responde pelo pagamento dos créditos tributários.
- (C) O crédito tributário goza de preferência sobre os créditos decorrentes de acidente de trabalho.
- (D) As garantias do crédito tributário são apenas aquelas previstas no Código Tributário Nacional.

84. Quanto às unidades de conservação, assinale a alternativa correta.

- (A) As unidades de conservação de proteção integral têm por objetivo geral a manutenção integral dos recursos naturais, sendo, em todas elas, proibida a visitação pública.
- (B) A criação de unidade de conservação deve ser precedida de consulta pública, exceto quanto à estação ecológica e à reserva biológica.
- (C) As unidades de conservação podem ser criadas ou ter seus limites ampliados, sem modificação dos limites originais, por decreto ou lei, e a sua extinção ou diminuição pode ser veiculada por decreto ou lei.
- (D) É sempre necessária a desapropriação das áreas particulares nas quais se instituiu unidade de conservação de proteção integral.

85. Com relação à reserva legal, é correto afirmar:

- (A) o cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal não depende do fato de a área (APP) estar conservada ou em processo de recuperação.
- (B) a localização da reserva legal em imóvel rural deve ser aprovada pelo órgão ambiental após a inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- (C) deve ser exigida reserva legal nas áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de ferrovias e rodovias.
- (D) é inconstitucional a dispensa de instituição de reserva legal nas áreas destinadas a empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto.

82. Um dos instrumentos de defesa do meio ambiente é a ação civil pública. Quanto a ela, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação civil pública ambiental, admite-se a cumulação de pedidos de obrigação de fazer e de pagar.
- (B) Não se admite, em ações civis públicas ambientais, a inversão do ônus da prova.
- (C) A ação civil pública para a defesa de bem integrante do patrimônio cultural só pode ser proposta após o tombamento do bem.
- (D) A ação civil pública ambiental deve ser proposta em face de todos os responsáveis pelos danos, que formarão litisconsórcio passivo necessário.

83. É correto afirmar, relativamente às áreas de preservação permanente:

- (A) nas áreas de preservação permanente consolidadas até 22 de julho de 2008, são autorizadas, exclusivamente, atividades agropastoril, de ecoturismo e de turismo rural, admitindo-se a construção de imóvel para uso de seu proprietário, como casa de veraneio.
- (B) o entorno das nascentes e dos olhos d'água intermitentes não configura área de preservação permanente.
- (C) considera-se atividade de utilidade pública permitida em área de preservação permanente as obras de infraestrutura destinadas às instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais.
- (D) o fato de a área de preservação permanente estar destituída de vegetação ou estar inteiramente ocupada com construções ou atividades proibidas não retira a proteção conferida pela lei ambiental.

89. Sobre o sistema de regime de registro de preços previsto na Lei nº 14.133/21, pode-se afirmar, corretamente, que

- (A) o edital de licitação poderá prever, em casos específicos, preços diferentes para um mesmo item a ser adquirido.
- (B) o órgão ou entidade da Administração que gerenciou o procedimento está obrigada a contratar a quantidade mínima dos itens cotados durante o período de vigência da ata de registro de preços.
- (C) a adesão de outro órgão público à ata de registro de preços como “carona” – isto é, aquele que não tenha participado da fase preparatória do processo licitatório –, não sofre limitação quanto aos quantitativos dos itens previstos no instrumento convocatório.
- (D) a Administração Pública Federal poderá aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, na qualidade de “carona”.

90. Sobre o controle dos atos das agências reguladoras, é correto afirmar que

- (A) a inexistência de ouvidoria dificulta o controle social sobre os atos praticados pelas agências reguladoras.
- (B) a inexistência de previsão legal de consulta pública antes da tomada de decisão que altere atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados constitui um obstáculo para o controle de seus atos pela sociedade.
- (C) o controle feito pelo Poder Judiciário não deve adentrar o mérito técnico-regulador.
- (D) o controle dos atos das agências pelo Poder Executivo ocorre, em outros meios, pela indicação dos dirigentes que não têm mandatos fixos.

91. Sobre a declaração de bem de interesse público, que dá início ao procedimento de desapropriação, é correto afirmar que

- (A) o decreto expropriatório caduca em três anos, caso a Administração não adote medidas concretas para a efetivação da desapropriação.
- (B) o decreto expropriatório não autoriza o expropriante a ingressar na área, ainda que para fins de inspeções ou levantamento.
- (C) não é possível a declaração de utilidade pública de bem imóvel pertencente ao domínio do ente municipal pelo Estado.
- (D) pode ser realizada pelo Poder Executivo, por meio do decreto expropriatório, ou pelo Poder Legislativo, por meio de lei de efeito concreto.

86. Sobre os contratos de parceria público-privada (PPP), é correto afirmar:

- (A) a legislação de regência impõe à Administração Pública a responsabilidade pelos riscos relacionados a danos decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- (B) a modalidade patrocinada das parcerias público-privadas poderá ou não envolver contraprestação pecuniária do agente público ao parceiro privado, além da tarifa que é cobrada do usuário.
- (C) os contratos de PPP são regidos pela eficiência.
- (D) as entidades da Administração Pública indireta que desempenham um serviço público podem celebrar contrato de parceria público-privada na modalidade patrocinada, na qualidade de parceiro público.

87. Os Tribunais de Contas exercem função relevante no controle externo da Administração Pública.

Considerando essa importante atribuição, pode-se afirmar, corretamente, consoante à doutrina majoritária e à posição pacificada dos Tribunais Superiores, que

- (A) sendo o Tribunal de Contas Estadual um órgão auxiliar da Câmara Municipal dos municípios em sua base territorial, esta tem competência para rever o ato do Tribunal de Contas que nega a admissão de pessoal.
- (B) como a Ordem dos Advogados do Brasil presta serviço público, tem obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- (C) compete ao Tribunal de Contas exercer o exame da legalidade dos atos de admissão dos servidores, inclusive daqueles nomeados para cargos em comissão.
- (D) a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado por danos causados ao erário municipal deve ser a este revertida, ainda que o controle e a atuação tenham sido realizados pelo Tribunal de Contas do Estado.

88. Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar:

- (A) havendo compatibilidade de horários não há impedimento para a acumulação de quaisquer cargos públicos.
- (B) é permitida a acumulação de cargo de professor com um de assistente de administração desde que haja compatibilidade de horários.
- (C) é possível a acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais da saúde, desde que as profissões sejam regulamentadas e haja compatibilidade de horários.
- (D) somente é permitida ao titular de um cargo de professor a acumulação com outro cargo de professor, desde que haja compatibilidade de horário.

92. A ação popular, de previsão constitucional, tem como escopo o controle, pelo particular, dos atos lesivos da Administração em face de interesses protegidos pela Constituição.

De acordo com a doutrina majoritária e a posição sedimentada dos tribunais superiores, pode-se afirmar, corretamente, que

- (A) na hipótese de procedência do pedido, a decisão deverá ser submetida ao duplo grau de jurisdição.
- (B) a pessoa jurídica de direito público é litisconsorte passiva necessária e poderá contestar a ação, atuar ao lado do autor ou deixar de responder ao feito.
- (C) o Ministério Público, em razão de sua função independente, poderá assumir várias posições na ação popular, inclusive assumir a defesa do ato impugnado na ação.
- (D) é necessária a prova de prejuízo material aos cofres públicos para a propositura de ação popular cujo objeto seja anular ato lesivo à moralidade administrativa.

93. No que se refere à arbitragem na Administração Pública, é correto afirmar, considerando a posição majoritária da doutrina, que

- (A) a exigência legal é de que contratação do árbitro deve ser feita por licitação, nos moldes das contratações com o Poder Público.
- (B) poderá ser convencionado que a arbitragem se realize com base nos princípios previstos no ordenamento jurídico e por equidade.
- (C) somente pode haver estipulação de cláusula compromissória de arbitragem que versem direitos patrimoniais disponíveis.
- (D) a Administração Pública poderá escolher livremente se o procedimento arbitral será sigiloso ou respeitará o princípio da publicidade, mas isso deverá constar expressamente da cláusula de arbitragem.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

94. O corregedor geral da justiça do estado de São Paulo instaurou sindicância em virtude de supostas infrações envolvendo magistrado empossado há um ano, relativas aos seguintes fatos: (a) atuação em perfil de rede social por meio do qual empresa de que o magistrado é quotista comercializa conteúdo voltado à preparação para ingresso em concurso da magistratura, (b) violência doméstica praticada contra sua ex-companheira e (c) uso de linguagem imprópria em atos jurisdicionais.

Com base no problema e nas normas aplicáveis à matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) A apuração administrativo-disciplinar quanto ao excesso ou uso de linguagem imprópria por magistrados é inadmissível, porque viola o direito fundamental da liberdade de expressão.
- (B) Constitui ato atentatório à dignidade do cargo a prática de violência contra a mulher em ambiente doméstico.
- (C) A instauração de processo administrativo disciplinar pelo Tribunal não suspende o curso do prazo de vitaliciamento.
- (D) É vedada ao magistrado a participação como quotista ou acionista em sociedade de ensino.

95. De acordo com a Análise Econômica do Direito, é correto afirmar:

- (A) a partir do estudo dos vieses comportamentais, a economia comportamental sugere que o comportamento é aleatório.
- (B) um dos axiomas sobre as preferências racionais é a intransitividade.
- (C) o problema da relação agente-principal surge quando o principal persegue seus próprios objetivos, e não os do agente.
- (D) a assimetria informacional impacta a decisão de litigar.

96. Sobre assinaturas eletrônicas, é correto afirmar:

- (A) a validade de negócio jurídico eletrônico, integrante da causa de pedir de processo judicial, não se sujeita às exigências da Lei do Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006).
- (B) nos títulos executivos constituídos por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua autenticidade for conferida por provedor de assinatura.
- (C) no sistema brasileiro, a assinatura dotada do mais alto nível de confiança é a assinatura avançada, de que é exemplo a assinatura da plataforma gov.br.
- (D) a assinatura eletrônica do tipo simples não é admitida nas interações com o poder público.

97. Assinale a alternativa correta, de acordo com as diretrizes para o desenvolvimento, a utilização e a governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário, estabelecidas na Resolução 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça.

- (A) Admite-se o emprego de solução de IA desenvolvida internamente pelo Poder Judiciário para identificação e autenticação de padrões biométricos para o reconhecimento de emoções.
- (B) É vedada a utilização de dados sigilosos ou protegidos por segredo de justiça, ainda quando anonimizados na origem, para treinamento de modelos de IA.
- (C) O magistrado deverá registrar automaticamente, no sistema interno do tribunal, o emprego de IA generativa para auxílio na redação de ato judicial.
- (D) É admitido o uso de linguagem de larga escala (LLMs) e de sistemas de IA generativa de natureza privada ou externos ao Judiciário para formulação de juízos conclusivos sobre a aplicação da norma jurídica ou precedentes a um conjunto determinado de fatos concretos, desde que em ações não criminais.

98. O Departamento Estadual de Trânsito do estado X estabeleceu a seguinte regra: para o procedimento de captura da imagem (fotografia), o candidato ou condutor não poderá usar nenhum item de vestuário ou acessório que cubra parte do rosto ou da cabeça, ainda que seja um adereço religioso. Uma freira, que trajava seus adereços religiosos na cabeça, foi impedida de utilizar o hábito religioso em fotografia necessária à renovação da carteira nacional de habilitação (CNH).

Com base no problema, assinale a alternativa correta.

- (A) A regra do Departamento Estadual de Trânsito do estado X está correta, pois se coaduna com uma obrigação legal relacionada à identificação civil, imposta a todos, que não pode ser excepcionada pelo direito à liberdade religiosa.
- (B) Se o rosto da freira está visível, a regra do Departamento Estadual de Trânsito do estado X não pode ser aplicada, sob pena de ferir sua liberdade religiosa.
- (C) O uso de *hijab* (véu que cobre os cabelos e o corpo das mulheres mulçumanas) não poderia ser autorizado no momento da captura da imagem da candidata, pois o islamismo não faz parte da cultura religiosa praticada no Brasil.
- (D) O objetivo da regra do Departamento Estadual de Trânsito do estado X é o de assegurar a identificação daqueles que possuem a CNH, favorecendo a segurança pública, de modo que a justificativa da liberdade religiosa não pode ser um obstáculo para esses fins.

DIREITOS HUMANOS

99. No julgamento do caso da Raposa Serra do Sol (PET 3388/RR), o Supremo Tribunal Federal estabeleceu condicionantes para a demarcação de terras indígenas.

Assinale a alternativa que expressa corretamente uma dessas condicionantes.

- (A) A União pode instalar, independentemente de consulta prévia, bases militares e obras de infraestrutura em terras indígenas por motivo de segurança nacional.
- (B) A demarcação deve levar em conta a possibilidade de compensar comunidades indígenas com terras em outras regiões.
- (C) É permitido o arrendamento de terras indígenas para a exploração agrícola por empresas privadas.
- (D) A exploração de recursos hídricos em terras indígenas depende apenas de autorização do Congresso Nacional, sem necessidade de ouvir as comunidades afetadas.

100. O direito à nacionalidade está previsto na Constituição e inclui

- (A) os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, se estes não estiveram a serviço de seu país.
- (B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos e sem reincidência penal.
- (C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, se estes não estiverem a serviço de seu país.
- (D) apenas estrangeiros naturalizados por decreto.

